



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Dispensado Licenc. Ambiental	07030001040/19	30/12/2019 11:34:03	NUCLEO PARACATÚ

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00327795-1 / ROBERTO SÁVIO SOARES		2.2 CPF/CNPJ: 456.090.556-87	
2.3 Endereço: RUA GUILHERME CAIXETA DE QUEIROZ, 30		2.4 Bairro: ALTO DAS CAIÇARAS	
2.5 Município: PATOS DE MINAS		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 38.702-197
2.8 Telefone(s): (38) 9875-8655		2.9 E-mail: vilasflorestal@bol.com.br	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00327795-1 / ROBERTO SÁVIO SOARES		3.2 CPF/CNPJ: 456.090.556-87	
3.3 Endereço: RUA GUILHERME CAIXETA DE QUEIROZ, 30		3.4 Bairro: ALTO DAS CAIÇARAS	
3.5 Município: PATOS DE MINAS		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 38.702-197
3.8 Telefone(s): (38) 9875-8655	3.9 E-mail: vilasflorestal@bol.com.br		

4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Fazenda Santa Klaus		4.2 Área Total (ha): 610,1223	
4.3 Município/Distrito: PARACATU		4.4 INCRA (CCIR):	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 23338		Livro: 02	Folha: 25936 Comarca: PARACATU
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 316.139	Datum: SAD-69	
	Y(7): 8.116.938	Fuso: 23K	

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio São Francisco	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 31,25% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)
Cerrado	610,1223
Total	610,1223
5.8 Uso do solo do imóvel	Área (ha)
Nativa - sem exploração econômica	243,8488
Pecuária	331,2532
Infra-estrutura	35,0203
Total	610,1223

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				14,4700
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		5,1000
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA			Quantidade	Unidade
Corte/proveit. árvores isoladas,vivas/mortas em meio rural			273,0000	un
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			Quantidade	Unidade
Corte/proveit. árvores isoladas,vivas/mortas em meio rural			273,0000	un
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Cerrado				102,0000
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Outro - Pastagem com presença de árvores isoladas nativas vivas.				102,0000
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Corte/proveit. árvores isoladas,vivas/mortas em mei	SIRGAS 2000		317.278	8.116.432
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Agricultura				102,0000
Total				102,0000
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
LENHA FLORESTA NATIVA	Uso interno no imóvel ou empreen	220,30	M3	
ACHAS/MOIRAO OUTRAS ESPECIES	Uso interno no imóvel ou empreen	124,80	DZ	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):		
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):		(dias)		
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Vulnerabilidade natural média..

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS**11. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS**

O processo encontra-se devidamente formalizado conforme determina a Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013, bem como de acordo com as orientações gerais emanada pelos setores competentes.

Instrui o presente processo o plano simplificado de utilização pretendida com censo florestal – PSUP, que atendeu as determinações contidas nos anexos da referida Resolução, trazendo em resumo informações sobre o seguinte: objetivo e justificativas da intervenção, caracterização do empreendimento, análise dos impactos ambientais prováveis e propostas mitigadoras, cronograma de execução das operações de exploração, bem como o projeto de reflorestamento de Eucalyptus (em substituição a reposição florestal) e o PTRF- projeto técnico de reconstituição da flora.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS**1. Histórico:**

Processo: 07030001040/19

Data da formalização: 30/12/2019

Data da vistoria: 21/01/2020

Data da emissão do parecer técnico: 22/01/2020.

2. Objetivo:

É objeto desse parecer analisar a viabilidade de atendimento da solicitação de corte de árvores isoladas nativas vivas em uma área de 102 hectares, onde pretende suprimir 273 árvores isoladas nativas vivas.

A pretensão do requerente é a implantação da atividade de agricultura por meio do cultivo de culturas agrícolas anuais, onde a prática adotada será a irrigação por meio de pivô central.

3. Caracterização do empreendimento:

O imóvel denominado Fazenda Santa Klaus, localizada no Município de Paracatu-MG, possui uma área total de 610,1223 ha equivalente a 12,2024 módulos fiscais, registrada sob a matrícula de nº 26.338, ficha 25.936, no livro 2, no CRI de Paracatu-MG. Possui como ponto de referência a coordenada geográfica em UTM 23K 316090 (X) e 8116015 (Y), Datum WGS 84, Zona 23K. Mediante vistoria INDIRETA, tendo como base a análise de imagens de satélites, bem como dos documentos apresentados no processo físico, foi possível levantar as características da propriedade e da área requerida entre outros fatores, como seguem: Trata-se de um grande imóvel rural, com área de 610,1223 ha, encravado sobre o Bioma Cerrado, tendo como fitofisionomias o Cerrado típico, Cerradão e Veredas. A topografia é caracterizada por possuir um relevo plano. Quanto ao solo, é predominantemente latossolo vermelho amarelo distrófico.

Quanto aos recursos hídricos, o imóvel é circundado por córregos e veredas, tendo como curso de água mais importante o Córrego Lamarão, afluente do Rio São Pedro. Com relação às áreas de preservação permanentes, partes das mesmas estão antropizadas e com o livre acesso de animais.

No imóvel possui remanescente de vegetação nativa, o suficiente para atender a demanda da reserva legal.

Atualmente a atividade econômica desenvolvida na propriedade é a pecuária, e o empreendedor pretende implantar a atividade de agricultura, por meio do cultivo de culturas agrícolas anuais irrigadas. O empreendimento encontra-se licenciado, conforme LOC apresentada, destacando que a requisição em questão enquadrada como não passível.

Em consulta ao IDE SISEMA, constatou-se o seguinte critério locacional de classificação do empreendimento: Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos.

Não foi possível identificar precisamente os limites do empreendimento pelas imagens de satélites, no entanto ficará considerada a auto declaração do empreendedor.

3.1 Reserva legal

O Imóvel possui área de reserva legal averbada às margens da matrícula e está cadastrada junto ao Cadastro Ambiental Rural – CAR. Ressaltando que a reserva foi averbada em matrícula anterior, a qual a possuía uma área maior do que a área da matrícula do imóvel em questão, por isso a área de reserva legal averbada e transcrita para a atual matrícula refere-se aos 20% da área total do imóvel de origem. Contudo no imóvel em tela possui reserva legal correspondente a sua própria área total, totalizando uma área de 122,02 ha.

A mesma encontra-se locada em dois fragmentos de cerrado, locado nas extremidades leste e oeste do empreendimento. O grau de preservação e conservação é satisfatório e garante a sustentabilidade e o equilíbrio ecológico biótico e abiótico além de ser garantia de sobrevivência dos recursos hídricos da propriedade.

3.2 Áreas de Preservação permanente

A propriedade possui áreas de preservação permanente e estão localizadas nas margens das veredas e córregos que circundam o imóvel, totalizando uma área de 19,5784 ha, a mesma foi cadastrada no cadastro Ambiental Rural (CAR).

Há pelo menos 5,10ha de área de preservação permanente antropizada.

3.3 Utilização de Recursos hídricos

No empreendimento ocorrerá a utilização de recursos hídricos, sendo que o empreendedor não possui a competente outorga de recursos hídricos para tal, sendo necessária a definição de condicionante neste sentido.

4- Das Intervenções Requeridas

Trata-se de um requerimento para intervenção ambiental, requerendo o corte de árvores isoladas nativas vivas em uma área de 102 hectares, onde pretendem suprimir 273 árvores isoladas nativas vivas.

As árvores estão distribuídas por uma área atualmente com pastagens e onde se pretende substituir por culturas agrícolas irrigadas. A área está circundada por outras áreas de pastagens, áreas de preservação permanentes e por área de reserva legal. A área é plana e o solo predominante é o latossolo vermelho amarelo profundo.

Rendimento Lenhoso:

Conforme análise do senso florestal apresentado no processo e levantamento em campo, o volume total estimado para as intervenções requeridas é de 220,60 m³ de lenha nativa e 124,80 DZ de achas que corresponde a 62,40 m³ de achas.

Na área requerida está previsto a supressão de 111 árvores de Pequi (Caryocar brasiliense), espécie protegida por lei. A supressão destes indivíduos acarretará a imposição de condicionantes para compensação, conforme preconiza a lei.

O pequi, árvore da espécie Caryocar brasiliense, este foi declarado como sendo de preservação permanente, somente podendo ser abatido em situações especiais, vide artigo 1º e 2º da Lei nº 10.883/1992:

Art. 1º Fica declarado de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte no Estado o pequi (Caryocar brasiliense).

Art. 2º A supressão do pequi só será admitida nos seguintes casos:

I - quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;

II - em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;

III - em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agroflorestal, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

§ 1º Como condição para a emissão de autorização para a supressão do pequi, os órgãos e as entidades a que se referem os incisos do caput deste artigo exigirão formalmente do empreendedor o plantio, por meio de mudas catalogadas e identificadas ou de semeadura direta, de cinco a dez espécimes do Caryocar brasiliense por árvore a ser suprimida, com base em parecer técnico fundamentado, elaborado em consonância com as diretrizes do programa Pró-Pequi, a que se refere a Lei nº 13.965, de 27 de julho de 2001, e consideradas as características de clima e de solo, a frequência natural da espécie, em maior ou menor densidade, na área a ser ocupada pelo empreendimento e a tradição agroextrativista da região.

Analisando o motivo pelo qual foi feita a solicitação de supressão das árvores protegidas, verificou-se que a requisição enquadra na situação passível de autorização, que é o fato de se tratar de uma área rural antropizada até 22 de julho de 2008.

5. Da Autorização para Intervenção Ambiental:

Considerando as informações prestadas anteriormente constato a viabilidade ambiental do projeto apresentado, sendo possível o deferimento do pedido de corte de árvores isoladas nativas vivas em uma área de 102 hectares, onde pretende suprimir 273 árvores isoladas nativas vivas.

Não se constatou nenhum impedimento técnico ou legal que inviabilize o pleito requerido.

6. Conclusão:

Assim, opino pelo DEFERIMENTO dos pleitos do requerente, de acordo com o parecer técnico acostado ao processo, estando, portanto, apto para ser encaminhado a deliberação da autoridade competente, o Senhor Supervisor Regional da URFBio Noroeste, nos termos do Decreto nº 47.344, de 23 de janeiro de 2018.

7. Medidas Mitigadoras

- Preservar as espécies imunes de corte;
- Implantação de práticas de conservação de solo e água;
- Preservação da flora e fauna;
- Proibir a caça e a pesca dentro da propriedade;
- Preservar as áreas de preservação permanentes e de reserva legal da propriedade;
- Preservar as espécies protegidas por lei;
- Não fazer uso de fogo sem autorização da IEF;
- Entre outras medidas que julgarem necessárias para minimizá-las os impactos ambientais.

8. Condicionantes

-Como forma de cumprimento da compensação florestal prevista no art. 1º e 2º da Lei nº 10.883/1992, alterado pela Lei nº 20.308/2012, o empreendedor deverá executar o PTRF anexo ao processo, bem como seguir todo o cronograma nele apresentado, no qual prevê o plantio de 5 (cinco) pequi para cada 1 (um) árvore de pequi abatido. Prazo: 90 dias da emissão da DAIA;

-Realizar o cercamento das áreas de preservação permanente e de reserva legal onde houver criação de animais, de modo a

impedir o acesso de tais animais nas referidas áreas, no prazo de 120 dias a partir do recebimento do documento autorizativo de intervenção ambiental (DAIA);

- O presente documento autorizativo para intervenção ambiental - DAIA somente produzirá seus efeitos se acompanhado da competente outorga para o uso dos recursos hídricos, nos termos do §2º do artigo 26 do decreto 47.383 de 02/03/2018.
- Interromper qualquer atividade econômica desenvolvida em área de preservação permanente, obedecendo às faixas marginais estabelecidas na Lei Estadual nº 20.922/2013, especificamente no art. 16. Tendo como prazo: 90 dias da emissão do DAIA.

9. Validade da DAIA

A validade do Documento Autorizativo Para Intervenção Ambiental – DAIA é de 3 anos.

É o parecer.

Medidas Mitigadoras

-Preservar as espécies imunes de corte; Implantação de práticas de conservação de solo e água; Preservação da flora e fauna; Proibir a caça e a pesca dentro da propriedade; Preservar as áreas de preservação permanentes e de reserva legal da propriedade; Preservar as espécies protegidas por lei; Não fazer uso de fogo sem autorização da IEF; Entre outras medidas que julgarem necessárias para minimizá-las os impactos ambientais.

Condicionantes

-Como forma de cumprimento da compensação florestal prevista no art. 1º e 2º da Lei nº 10.883/1992, alterado pela Lei nº 20.308/2012, o empreendedor deverá executar o PTRF anexo ao processo, bem como seguir todo o cronograma nele apresentado, no qual prevê o plantio de 5 (cinco) pequizeiro para cada 1 (um) árvore de pequizeiro abatido. Prazo: 90 dias da emissão da DAIA;

-Realizar o cercamento das áreas de preservação permanente e de reserva legal onde houver criação de animais, de modo a impedir o acesso de tais animais nas referidas áreas, no prazo de 120 dias a partir do recebimento do documento autorizativo de intervenção ambiental (DAIA);

- O presente documento autorizativo para intervenção ambiental - DAIA somente produzirá seus efeitos se acompanhado da competente outorga para o uso dos recursos hídricos, nos termos do §2º do artigo 26 do decreto 47.383 de 02/03/2018.

- Interromper qualquer atividade econômica desenvolvida em área de preservação permanente, obedecendo às faixas marginais estabelecidas na Lei Estadual nº 20.922/2013, especificamente no art. 16. Tendo como prazo: 90 dias da emissão do DAIA.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

DANILO DIAS DE ARAUJO - MASP: 13806153

14. DATA DA VISTORIA

terça-feira, 21 de janeiro de 2020

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

-

17. DATA DO PARECER